



Encontros Bibl: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Chalhub, Tania; Benchimol, Alegria; Guerra, Claudia

ACESSO LIVRE VIA REPOSITÓRIOS: POLÍTICAS DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Encontros Bibl: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 17, núm. 2, 2012,
pp. 159-173

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14725436012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ACESSO LIVRE VIA REPOSITÓRIOS: POLÍTICAS DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Tania Chalhubⁱ
Alegria Benchimolⁱⁱ
Claudia Guerraⁱⁱⁱ

Resumo: Esta é uma pesquisa descritiva documental com o objetivo de analisar as políticas institucionais para criação e povoamento de repositórios de universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Foi realizada busca no ROAR para levantar os repositórios brasileiros e no ROARMAP para identificar as políticas registradas por instituições brasileiras. Das 100 instituições brasileiras registradas no ROAR, 34 atendem ao critério de inclusão, porém somente três já efetuaram registro de suas políticas no ROARMAP, sejam elas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade de São Paulo (USP), a qual refere-se a teses. As políticas analisadas recomendam: o depósito das publicações científicas com revisão por pares (artigos de revistas, comunicações em conferências); disponibilização dos metadados imediatamente em Acesso Livre, respeitando períodos de embargo quando necessário; e incentivo para que o autor conserve a propriedade dos direitos autorais de suas publicações. Pode-se inferir que as políticas da UFRGS e FURG foram bem sucedidas, uma vez que os repositórios das mesmas são, respectivamente, o primeiro e o terceiro no ranking brasileiro em povoamento.

Palavras-chave: Acesso livre. Repositórios institucionais. Políticas institucionais.

OPEN ACCESS VIA REPOSITORIES: POLICIES OF BRAZILIAN INSTITUTIONS

Abstract: This is a documentary descriptive research intending to analyze the institutional policies for creation and data insertion in repositories of Brazilian universities and research institutions. A research was performed in the ROAR to identify the Brazilian repositories and in the ROARMAP to check the policies registered by Brazilian institutions. Among the 100 Brazilian institutional repositories registered in the ROAR, 34 meet the inclusion criteria, but from this group only three institutions have registered their policies with the ROARMAP: Rio Grande do Sul Federal University (UFRGS), Rio Grande Federal University (FURG) and São Paulo University (USP). The latter was not analyzed given that its policies refer only to thesis and dissertations. The policies analyzed in this study recommend the deposit of scientific publications with peer review (scientific journal papers, conference communications); making the metadata available in open access, respecting the embargo period when required; and incentive to the author to keep the copyright of his/her works. It can be inferred that the policies of UFRGS and FURG were well succeeded, given that their repositories are the first and third, respectively, in the Brazilian ranking on IR records.

Keywords: Open Access. Institutional repositories. Institutional policies.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#)

ⁱ Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – chalhubtania@yahoo.com.br

ⁱⁱ Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – alegria.benchimol@gmail.com

ⁱⁱⁱ Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – guerracla@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A última década do século XX presenciou o surgimento de um novo paradigma na comunicação científica: o acesso livre³. Este só foi possível pela conjugação de dois importantes acontecimentos: o avanço de tecnologias de comunicação e informação (TICs) e a crise das assinaturas dos periódicos. Esse contexto foi reforçado com o debate, em diversos níveis, entre diferentes atores sociais e com o desenvolvimento de softwares, políticas nacionais e institucionais de informação.

Segundo Kuramoto (2006), a crise foi causada pelo encarecimento das assinaturas. Algumas revistas tiveram “aumentos de mais de 1 mil por cento entre 1989 e 2001”. Tal situação demandou a busca de alternativas para que as coleções de bibliotecas não se tornassem obsoletas e para que não fosse prejudicado o acesso dos pesquisadores à informação necessária para o desenvolvimento de novas pesquisas. Surge, então, o conceito de acesso livre à produção científica, principalmente àquela financiada com recursos públicos.

O referido paradigma tem por base a reunião do *Open Society Institute* (OSI) em 2001, que originou o *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Este foi o primeiro documento oficial do movimento de acesso livre, no qual são definidos os princípios e as estratégias para implantação e garantia de acesso livre à informação. Essa Declaração foi lançada em fevereiro de 2002, tendo como responsáveis e apoiadores, professores e pesquisadores de universidades norte-americanas (dos EUA e Canadá) e britânicas, além de sociedades científicas, associações e editores⁴. O conceito *Open Access* (acesso livre) presente neste documento abrange as características de acesso e uso livre de custos, e continua amplamente utilizado na atualidade.

O acesso livre à produção científica pode ser viabilizado tanto por meio da publicação em periódicos com avaliação por pares – Via Dourada – quanto por meio do depósito dos artigos em repositórios – Via Verde. No segundo caso, o depósito deve ser realizado em ambiente interoperável e aberto, nos repositórios institucionais ou temáticos.

³ Neste estudo é utilizada a definição de *Open Access* presente no Documento de Budapeste - acesso gratuito e sem barreiras aos resultados de pesquisas científicas via *internet*, sem distinção entre acesso livre e acesso aberto.

⁴ Bioline International, Open Society Institute, Public Library of Science, University College London, Next Page Foundation, University of Montreal, University of Southampton, Universite du Quebec a Montreal, Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition (SPARC), Electronic Society for Social Scientists, Open Society Archives, e IFL Project consultant, Earlham College & The Free Online Scholarship Newsletter e editor da BioMed Central.

O depósito dos resultados de pesquisa em repositórios⁵ de universidades ou institutos de pesquisa se faz necessário uma vez que a publicação em periódicos com avaliação por pares não é condição suficiente para que os resultados das pesquisas tenham seu impacto maximizado (HARNAD; CARR; GINGRAS, 2008; HARNAD, 2006). Os repositórios propiciam maior visibilidade e impacto das pesquisas produzidas por determinada instituição, já que os trabalhos publicados são depositados em ambiente interoperável, tornando seu acesso viável.

Para a concretização dos ideais do acesso livre à produção científica, foram realizados debates, elaborados documentos definidores e de apoio, desenvolvidas políticas institucionais, além de tecnologias e serviços. Com relação às primeiras ações, vale destacar o debate sobre autoarquivamento que teve início em 27 de junho de 1994. Esse debate, protagonizado principalmente por Stevan Harnad, teórico de Ciência da Informação, com sua “proposta subversiva” de autoarquivamento, e Paul Ginsparg, físico do *Los Alamos National Laboratory*,⁶ EUA, se deu por meio da troca de *e-mails*, seguida pela editoração e publicação de um livro.

Igual destaque merecem os primeiros eventos e documentos, como: a Convenção de Santa Fé (Novo México, EUA), em 1999; a reunião promovida pelo *Open Society Institute* (OSI), em 2001 (Budapeste), que resultou na Declaração de Budapeste; a reunião de Bethesda; e de Berlim. No cenário brasileiro, tal influência se faz presente nos seguintes documentos: Manifesto Brasileiro, Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto, Carta de São Paulo e Declaração de Florianópolis.

Além dessas ações é importante ressaltar que o desenvolvimento de políticas de acesso livre é fundamental para a implantação e o povoamento dos repositórios institucionais. Segundo Kuramoto (2012), as políticas deveriam ser “ações que estimulassem os pesquisadores a fazerem o depósito de seus trabalhos.” Na última década, diversas instituições de ensino e pesquisa têm adotado políticas para depósito dos resultados de pesquisa em seus repositórios. A primeira instituição a desenvolver esse tipo de ação foi a *University of Southampton - Department of Electronics and Computer Science*,⁷ no Reino Unido, em 2003. Além desta, vale ressaltar que algumas das mais reconhecidas universidades norte-americanas, como a *Harvard University*, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a *Stanford University* já aprovaram suas políticas institucionais para acesso livre.

⁵ Nesta pesquisa é utilizado o termo repositório para identificar a Via Verde de acesso livre à informação científica.

⁶ Laboratório que desenvolveu repositório digital arXiv de *pre-print* das áreas de Física, Matemática e Ciência da Computação em década de 1991. Este repositório encontra-se atualmente hospedado na *Cornell University*.

⁷ No *Timeline do Open Access Directory*. Disponível em: <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline> . Acesso em: 03 mar 2012.

Outras reuniões e documentos⁸ de abrangência internacional que marcaram esse movimento não são abordados neste estudo por não se coadunarem diretamente aos objetivos deste. Essa pesquisa visa analisar as políticas para acesso livre via repositório das instituições brasileiras registradas no ROARMAP.

2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA REPOSITÓRIOS

Esses documentos e discussões sobre a concretização do acesso livre Via Dourada ou Verde, sempre apontaram a importância da elaboração de políticas institucionais no âmbito das universidades, institutos e agências de fomento à pesquisa.

No Brasil, o marco inicial relacionado ao Movimento de Acesso Livre foi o lançamento do *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica* pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse documento visa promover, em consonância com o paradigma do acesso livre à informação, o registro e a disseminação da produção científica brasileira, além de estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação, buscando apoio da comunidade científica em prol desse movimento.

Constam ainda do Manifesto algumas recomendações às instituições acadêmicas, aos pesquisadores, às agências de fomento e às editoras, comerciais ou não, para que evidem esforços para viabilizar o acesso à informação científica de forma rápida e sem custos.

Desde seu lançamento, em 2005, o Manifesto brasileiro recebeu a adesão de alguns estados brasileiros que emitiram documentos que ficaram conhecidos como a *Declaração de Salvador sobre acesso aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento* (setembro / 2005); *Declaração de Salvador – compromisso com a equidade* (setembro / 2005); a *Carta de São Paulo* (dezembro / 2005); e a *Declaração de Florianópolis* (maio / 2006). Os dois primeiros documentos, emitidos em Salvador, têm por signatários os participantes do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde, Bibliotecas, os do 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde e os do *International Seminar on Open Access* (evento paralelo aos dois anteriormente citados), os quais reivindicam do Governo a definição de políticas, normas e programas que deem atenção prioritária ao acesso livre à informação científica. A diferença entre eles é que o compromisso com a equidade é mais direcionado à informação na área de saúde.

⁸ Sobre os principais marcos do movimento de acesso livre à informação, leia o artigo de Hélio Kuramoto, Informação Científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*, v. 35 , n. .2, 2006.

A *Carta de São Paulo* foi elaborada por professores, pesquisadores, bibliotecários, alunos, cidadãos e representantes de organizações da sociedade civil para manifestar apoio ao acesso livre à literatura científica. No documento, são feitas algumas recomendações no sentido de garantir a qualidade das publicações de acesso livre, além de um apelo às instituições, associações profissionais, governos, bibliotecas, editores, cientistas, entidades acadêmicas, entre outros, para que observem os princípios recomendados no corpo da Carta e ajudem a ampliar o acesso à literatura acadêmica, auxiliando na eliminação de barreiras econômicas, comerciais e culturais existentes.

Os requerentes da *Declaração de Florianópolis* são pesquisadores da área de Psicologia, reunidos por ocasião do XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. O documento visou à manifestação do apoio desses pesquisadores ao movimento mundial da comunidade científica em favor do acesso livre, da literatura de pesquisa qualificada e revisada pelos pares. Há também algumas recomendações e convicções já discutidas tanto no Manifesto Brasileiro quanto nos outros documentos que não serão aqui expostas por não atenderem aos objetivos deste trabalho.

Em linhas gerais, esses documentos reivindicam do Governo a definição de políticas, normas e programas que deem atenção prioritária ao acesso livre à informação científica e trazem também recomendações no sentido de garantir a qualidade das publicações de acesso livre, a pesquisa qualificada e a revisão pelos pares.

O IBICT - órgão governamental do Ministério da Ciência e Tecnologia - foi o condutor do movimento no Brasil e já desenvolveu ações no sentido de implantar e articular no país uma política nacional de acesso livre, assim como políticas institucionais para a concretização tanto da Via Dourada (customização de sistema para editoração de revistas eletrônicas, SEER) quanto da Via Verde (ex.: editais em parceria com a FINEP para implantação de repositórios e lançamento de DIADORIM – ferramenta que disponibiliza as políticas editoriais de revistas brasileiras).

Essas iniciativas foram importantes para a mudança do cenário brasileiro de adesão ao acesso livre à informação científica no início da década de 2000, quando ainda dominava o modelo tradicional de publicação, e a descrença em um modelo não tradicional, no qual a pesquisa financiada com recursos públicos fosse mais amplamente acessível aos interessados (COSTA, 2006). Atualmente é visível o aumento crescente de revistas eletrônicas de todas as áreas em acesso livre via SciELO⁹ e

⁹ SciELO - *Scientific Electronic Library Online* é uma biblioteca eletrônica de periódicos do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha México, Portugal e Venezuela, além de outros cinco países em implantação (Bolívia, Paraguai, Peru, Uruguai e África do Sul).

de repositórios brasileiros registrados no OpenDOAR¹⁰ e no ROAR -*Registry of Open Access Repositories*.

Entretanto, diversas ações em diferentes áreas não foram suficientes para a aprovação de uma política nacional de informação. A primeira tentativa, o Projeto de Lei (PL 1120/2007) do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) que tratava das diretrizes para o acesso livre à informação científica no Brasil, visando ao registro e à disseminação da produção científica brasileira tratava-se de um projeto que favorecia “a construção e o fortalecimento da pesquisa e da ciência brasileira” (KURAMOTO, 2007). Uma segunda tentativa, o Projeto de Lei PLS387/2011, de autoria do agora senador Rodrigo Rollemberg¹¹, diz respeito ao depósito da produção científica em repositórios institucionais (RI), realizada, com fomento público, por pesquisadores de instituições públicas de ensino e pesquisa.

As dificuldades para a aprovação de lei nacional ou institucional estão presentes em diversas sociedades, uma vez que, segundo Orna (2008), tal aprovação envolve relações assimétricas de poder entre vários grupos. Apesar de ser tarefa difícil, a implantação de política institucional é fundamental para a construção e o povoamento de RI. Rodrigues (2009) desenvolveu um modelo para implementação de políticas institucionais em cinco fases, que se inicia com “Análise e Planejamento” (com atividades como levantamento e estudo das políticas de outras instituições) e finaliza com “Acompanhamento, apoio e monitorização”, sendo essa última fase um processo contínuo.

3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa documental de caráter descritivo sobre as políticas institucionais para criação e povoamento de repositórios. Foi realizada busca no ROAR¹² para levantar os repositórios brasileiros e no ROARMAP¹³ para identificar as políticas registradas por instituições brasileiras.

Após o levantamento, foi realizada a seleção dos repositórios de instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. Das 100 instituições brasileiras registradas no ROAR, 34 atendem ao critério de inclusão, porém somente três já efetuaram registro de suas políticas no ROARMAP, quais

¹⁰ OpenDOAR - *Directory of Open Access Repositories* é um serviço de registro de repositórios criado pela [JISC](#) e hospedado na [University of Nottingham](#), Reino Unido.

¹¹ Esse projeto de lei foi apresentado em 05/07/2011 pelo senador Rodrigo Rollemberg à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal e pode ser acessado via Blog do Kuramoto (21 de novembro de 2011), através do qual é possível participar enviando apoio.

¹² ROAR – *Registry of Open Access Repositories* é um diretório de repositórios de acesso livre administrado pela [University of Southampton](#). Disponível em <http://roar.eprints.org/view/geoname/> Acesso em: 5 mar. 2012.

¹³ O ROARMAP - *Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies* é um diretório de políticas relacionadas a repositórios de acesso livre criado e administrado pela [University of Southampton](#). Disponível em: <http://roarmap.eprints.org/> Acesso em: 5 março 2012.

sejam: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade de São Paulo (USP), a qual refere-se a teses. A quarta política registrada é o projeto de lei referido anteriormente e ainda em trâmite no Congresso Nacional. Vale ressaltar que a Universidade de Brasília (UnB) dispõe de um RI com expressivo povoamento, 8.816 depósitos de diversas áreas, contudo não há registro de nenhuma política no ROARMAP.

Os documentos foram organizados em duas categorias: políticas mandatórias e políticas voluntárias. As políticas mandatórias são caracterizadas por obrigatoriedade de depósito da produção científica no repositório, e as voluntárias são aquelas que incentivam, encorajam tal depósito (RODRIGUES, 2009). Foi utilizada a metodologia da análise de conteúdo para interpretar o texto das políticas.

4 POLÍTICAS DE ACESSO LIVRE: CRIAÇÃO E POVOAMENTO DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL

O conceito de acesso livre perpassa várias esferas do conhecimento humano. No entanto, consideramos dentre os mais importantes o seu poder transformador das práticas da comunicação científica num contexto que une informação e política.

Usualmente consideram-se políticas de informação as estratégias governamentais de disponibilização, acesso e uso de informação. Para Braman (2009), no entanto, as políticas de informação surgem em todos os níveis da estrutura social, inclusive no nível “doméstico”, isto é, como se controla o uso da informação no âmbito privado. O acesso livre extrapola o âmbito da comunicação científica e atinge a esfera privada no debate sobre o *download* de músicas via *internet*, assunto bastante polêmico que não foi abordado neste artigo.

Para a autora, a definição de política de informação ultrapassa o espaço dos quadros institucionais: “políticas de informação é qualquer tipo de lei, regulamentação, princípio político, ou programa que lida com qualquer forma de geração, processamento, fluxo e uso de informação” (BRAMAN, 2009).

O Brasil já avançou significativamente com relação à adesão ao Movimento de Acesso Livre. O cenário da Via Dourada já se apresenta promissor, com crescente número de periódicos científicos de acesso livre na rede,¹⁴ apesar de haver distinções entre as áreas do conhecimento. Porém,

¹⁴ O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), *software* customizado pelo IBICT atingiu a marca de 100 portais de revistas eletrônicas que utilizam o sistema. Disponível em: <http://www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/seer-comemora-adesao-de-100-portais-de-periodicos>. Acesso em: 23 maio 2012.

o país descuidou das políticas que tornam compulsório [sic] aos seus pesquisadores a publicação da sua produção científica em repositórios digitais, como já acontece internacionalmente com pelo menos 22 financiadores de pesquisa e 18 instituições (ORTELLADO, 2008, p. 192).

4.1 Algumas iniciativas brasileiras relacionadas a repositórios institucionais

O Brasil vem apresentando, ao longo dos últimos anos, crescente adesão ao acesso livre através da editoração de periódicos científicos em todas as áreas e da criação de repositórios. Esse cenário está diretamente relacionado às ações desenvolvidas pelo IBICT e às iniciativas de outros órgãos governamentais. Dentre as ações que têm possibilitado o acesso livre à informação científica, encontra-se a que viabiliza a implementação de repositórios institucionais nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Esta se concretizou através do convênio FUNCATE/ FINEP/IBICT, que disponibilizou *kits* tecnológicos compostos de um servidor instalado com *software* livre (LINUX, Apache, PHP) e do aplicativo DSpace, específico para a construção do repositório, além de treinamento para sua utilização. Do primeiro edital de convocação, em novembro de 2009, participaram instituições de ensino e pesquisa, incluindo cinco universidades federais inseridas no projeto piloto.¹⁵

Esta e outras iniciativas similares propiciaram criação de repositórios institucionais em todas as regiões brasileiras, elevando o país à destacada posição no *ranking* mundial. Porém, para que os repositórios institucionais representem relevante instrumento no fluxo e gestão da comunicação científica e deem visibilidade à produção intelectual de diversas unidades de ensino e pesquisa, é necessário o estabelecimento de políticas que garantam uma atividade contínua e sistemática de povoamento, depósito da produção científica dos pesquisadores (RODRIGUES, 2009).

O recente trabalho de Ley e Chalhub (2011) aponta que apesar do aumento de criação de repositórios institucionais nas universidades federais, quase 30% não apresentavam nenhum povoamento, havendo alta concentração em duas universidades federais. Segundo os autores, “41.726 trabalhos depositados – maioria significativa de artigos - 71,35% encontram-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e 20,92% na Universidade de Brasília, ambas participantes do projeto piloto” do edital do IBICT.

A Tabela 1 apresenta a disparidade entre o número de repositórios *versus* políticas por país.

¹⁵ Disponível em <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=665>>.

166

Enc. Bibli: R. Eletr. Bib. Ci. Inf., ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 17, n. esp. 2 – III SBCC, p. 159-173, 2012.

Tabela 1 – Relação dos países com maior número de repositórios registrados no ROAR *versus* o número de políticas registradas no ROARMAP

Países	Registros de repositórios	Registros de políticas para acesso livre
Estados Unidos	371	66
Reino Unido	201	50
Alemanha	127	11
Espanha	102	13
Brasil	100	4
Japão	94	1
China	78	7
Canadá	62	23
Taiwan	62	1
Itália	59	28
Total	1.256	204

O ROAR conta com total de 2.168 registros de repositórios oriundos de 96 países. Na Tabela 1 estão listados os 10 países com melhor colocação no *ranking*, totalizando 1.256 (57,9%), o que denota alta concentração (mais da metade) em poucos países (10,4%). Porém, os 10 países com maior número de repositórios não refletem o *ranking* de países com maior número de políticas de acesso livre registradas. No ROARMAP estão registradas 377 políticas num universo de 41 países. O grupo com maior número de políticas registradas é formado pelos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Itália, Finlândia, Canadá, Portugal, Alemanha, França e Espanha. Vale destacar que mesmo os países na liderança, Estados Unidos e Reino Unido, apresentam uma defasagem significante entre os números de repositórios e de políticas.

Ressalta-se que as políticas registradas estão relacionadas ao acesso livre de uma forma geral, as específicas para repositórios são em número inferior ao apresentado acima - um exemplo é o Brasil, que apresenta quatro políticas e somente duas são relacionadas ao tema e serão discutidas mais adiante.

4.2 Reflexos das iniciativas brasileiras

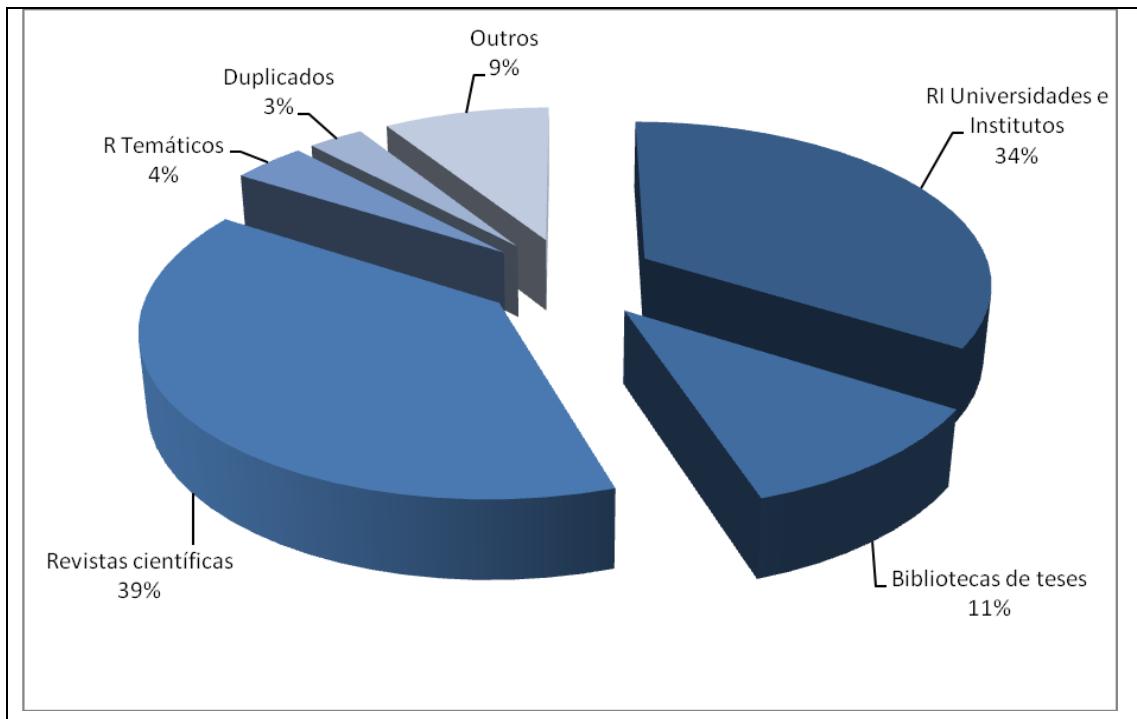
A elaboração de Política Institucional de Informação (PII) é fundamental para que todos os esforços do planejamento e implementação de canais de acesso livre sejam bem sucedidos.

Para Rodrigues (2009), as políticas para acesso livre via repositórios são essenciais para uma experiência bem sucedida de implementação de RI. Estas

podem ser voluntárias (ou seja, pedem ou encorajam aos investigadores que efectuem o auto-arquivo em acesso livre das suas publicações no repositório institucional) ou mandatórias (ou seja, exigem que os investigadores coloquem suas publicações em acesso livre no repositório institucional) (RODRIGUES, 2009, p. 11).

Com relação aos 100 repositórios brasileiros registrados no ROAR, 34 são institucionais e pertencem a universidades e institutos de pesquisa. Desse subtotal, 30 são de universidades (ex. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e quatro de institutos de pesquisa (ex. IBICT) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Tipos de repositórios brasileiros registrados no ROAR em 2012



Dentre os repositórios brasileiros registrados do ROAR, a maioria é composta pelas revistas científicas (39%), seguidas dos repositórios institucionais de universidades e institutos de pesquisa (34%). Com percentual menor estão as bibliotecas de teses e dissertações (11%) e os repositórios temáticos (4%). Na categoria *Outros* estão, por exemplo, os repositórios de objetos educacionais e o do Senado Federal, com um item cada.

Das 34 instituições de ensino superior ou institutos de pesquisa que registraram seus repositórios institucionais no ROAR, somente duas registraram suas políticas no ROARMAP. Dessa forma, as políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) serão foco da análise desta pesquisa.

As PII das universidades estudadas foram instituídas em 2010, a da UFRGS, por meio da Portaria 5068, em 10 de março, e a da FURG em 16 de abril, com a Resolução nº 005/2010. A PII da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) especifica que seu objetivo é “estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual [técnica, científica, artística e cultural]” da referida

instituição, em meio impresso e/ou eletrônico, desde que seja submetida ao processo de avaliação por pares. O RI abriga também a produção intelectual de seu corpo discente, tais como teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso. Na portaria proposta pelo Comitê Gestor do Lume (sistema de informação da biblioteca) e assinada pelo reitor da UFRGS, o RI tem como um dos objetivos “promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão”, além da maximização da visibilidade da sua produção intelectual, preservação da memória institucional e gestão da informação.

Com relação ao tipo de política institucional, a FURG estabeleceu política de caráter mandatório, conforme seu artigo 6º,§1º, que define como obrigatório o depósito da produção intelectual, devendo ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação, com prorrogação desse prazo por no máximo seis meses, em caso de impossibilidade de depósito imediato pelo(s) autor(es). Embora o depósito seja obrigatório, não há, no corpo da PII, nenhuma referência à punição àqueles que descumprirem a obrigatoriedade citada. Na Portaria da UFRGS não está explícita nenhuma obrigação de depósito da produção científica, o que pode denotar que a política adotada seja voluntária, conforme definição de Rodrigues (2009).

Com relação aos direitos autorais, a PII da FURG estabelece que a divulgação do conteúdo das publicações é opcional, seguindo os termos acordados entre autores e editores. Na política da UFRGS essa questão é tratada no Art. 14º, o qual declara: “O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no Repositório, é vedado nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia”.

As duas políticas institucionais analisadas apresentam conformidade com as recomendações de Rodrigues (2009), baseadas em documento da *European Universities Association* a respeito do tema. Dentre as recomendações estão requerer o depósito das publicações científicas com revisão por pares (artigos de revistas, comunicações a conferências com revisão por pares); disponibilizar os metadados imediatamente em acesso livre, respeitando períodos de embargo quando necessário; e incentivar, sempre que possível, que o autor conserve a propriedade dos direitos autorais de suas publicações, “ou pelo menos a garantir a possibilidade de disponibilizar uma cópia dos mesmos em Acesso Livre”.

Tanto a Resolução nº 005/2010 quanto a Portaria nº 5.068 contemplam tais recomendações, definindo claramente o material a ser depositado, a disponibilização imediata dos metadados, respeitando os embargos necessários e priorizando os direitos autorais - em conformidade com “os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI” (FURG, 2010).

Vale ressaltar que há distinção entre depósito e disponibilização em acesso livre. O primeiro pode ser obrigatório, enquanto que o segundo deve seguir a política da editora. Ou seja, mesmo com políticas mandatórias de depósito, uma instituição não pode disponibilizar artigos ou outra publicação sem autorização da entidade editora.

Essas recomendações foram baseadas em melhores práticas internacionais e são consideradas “características básicas” (RODRIGUES, 2009, p. 17) para que o depósito em RI seja bem sucedido, com depósito de todos os trabalhos resultantes de pesquisa na instituição. Pode-se inferir que as políticas em questão foram bem sucedidas, uma vez que o RI da UFRGS contém 32.940 itens depositados. Destes, 14.256 são artigos, livros, capítulos¹⁶ de livros, trabalhos em eventos e fotografias, e o restante são teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. O RI da FURG, por sua vez, conta com 1.835 trabalhos das mesmas categorias que a primeira, exceto acervo fotográfico. As três universidades brasileiras com RI mais povoados são, respectivamente, UFRGS, FURG e UnB¹⁷.

Os impactos do acesso livre via RI são amplamente discutidos na literatura e apresentam, como os principais argumentos, a expressiva visibilidade dos resultados das pesquisas e, consequentemente, o aumento do índice de citação em diferentes áreas do conhecimento, maximizando seu uso, produtividade e estimulando o progresso da ciência (HARNAD, 2010; BRODY; HARNAD, 2010). Dessa forma, a construção destes repositórios aqui estudados e a elaboração e o registro de suas políticas institucionais representam importante avanço referente à comunicação da produção científica de pesquisadores vinculados às universidades públicas em questão. Porém, para uma discussão mais fundamentada sobre os impactos dessas políticas após dois anos de sua implantação, é indicado o desenvolvimento de pesquisas específicas que objetivem analisar o aumento da visibilidade e acessibilidade aos resultados das pesquisas disponibilizadas nos RI das duas universidades com suas políticas aqui analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso livre à produção científica no Brasil apresentou avanço considerável nos últimos anos, aumento significativo de periódicos científicos com editoração eletrônica e acesso livre e criação de repositórios, ambos em todas as áreas de conhecimento. Tal avanço se deve às diferentes ações desenvolvidas pelo IBICT e a iniciativas de outros órgãos governamentais e instituições privadas.

¹⁶ Dados de 25 de março de 2012.

¹⁷ A política da UnB não foi analisada por não estar registrada no ROARMAP.

Também importante para a criação dos repositórios são as políticas institucionais, que dispõem sobre o caráter, mandatório ou voluntário, do depósito da produção científica de pesquisadores de determinada instituição. A relevância desse tipo de política para o povoamento do repositório deve-se à sua característica definidora, incentivadora e sensibilizadora para adesão ao acesso livre à informação científica.

As PIIs analisadas nesta pesquisa estão coadunadas com modelos bem sucedidos de implantação de políticas institucionais para o acesso livre, apresentando itens necessários para a criação e o povoamento de repositórios institucionais. Apesar das diferenças, as duas apresentam as características básicas para se configurar como experiências bem sucedidas.

As posições privilegiadas de ambas as universidades (UFRGS em primeiro e FURG em terceiro lugar) no cenário brasileiro de povoamento apontam para a forte relação entre política institucional e povoamento de um repositório. Porém, outros estudos se fazem necessários para melhor compreensão do tema no Brasil, principalmente tendo como foco o impacto da Via Verde no panorama científico nacional.

REFERÊNCIAS

BOAI. **Budapest Open Access Initiative.** 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

Bethesda Statement on Open Access Publishing. 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm#definition>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 214-228, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

BRAMAN, S. Information and Politics: paradigmatic changes in the contemporary research field. **III Seminário de Pesquisa Política e Regime de Informação**: abordagens teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ. 2009.

BRODY, T.; HARNAD, S. **The research impact cycle**. Disponível em: <<http://opcit.eprints.org/feb19oa/harnad-cycle.ppt>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

HARNARD, S. Opening Access by Overcoming Zeno's Paralysis. In: JACOBS, N. (Ed.). **Open Access**: Key Strategic, Technical and Economic Aspects. Chandos Publishing (Oxford) Limited, Chapter 8. 2006. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/12094/2/harnad-jacobsbook.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

HARNARD, S.; CARR, L.; GINGRAS, Y. Maximizing research progress through open access mandates and metrics. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 264-268, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/282/182>> Acesso em: 11 jan. 2011.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>> Acesso em: 19 maio 2011.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/831/678>>. Acesso em: 11 maio 2010.

_____. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 155-158, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/277/181>>. Acesso em: 11 maio 2011.

LEY, M. D. G.; CHALHUB, T. Povoamento dos repositórios das universidades públicas do Brasil. **2. CONFOA**, 24 e 25 de novembro, Rio de Janeiro, 2011.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**. v. 34, n. 547, 2008.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, p. 186-195, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/268/168>>. Acesso em: 11 maio 2011.

PINHEIRO, L. V. R. Comunidades científicas e infra-estrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa. **Ciência da Informação**. v. 32, n. 3, p. 62-73, 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/27/24>> Acesso em: 19 jul. 2011.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos BAD**, n. 1, 2004.

_____. **C8 – D28 Kit de políticas open access**. Braga: Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. 2009.